

12.5.1 Diretoria de Auditoria em Contratos de Gestão e Transferências - DIACT
12.5.2 Diretoria de Auditoria em Parcerias e Concessões - DIAPC
12.6 Coordenação de Auditoria de Licitações e Contratos Especializados - COLES
12.6.1 Diretoria de Auditoria de Obras e Serviços de Engenharia - DIAT
12.6.2 Diretoria de Auditoria de Contratos de Tecnologia da Informação - DIATI
12.6.3 Diretoria de Auditoria de Contratações e Serviços - DATCS
12.7 Coordenação de Auditoria de Pessoal e Tomada de Contas Especial - COPTC
12.7.1 Diretoria de Auditoria de Folha de Pagamento e Admissões - DIAFA
12.7.2 Diretoria de Auditoria de Aposentadorias - DIAPO
12.7.3 Diretoria de Auditoria de Pensões - DIAPE
12.8 Coordenação de Unidades de Controle Interno - COUCI
12.8.1 Diretoria de Relacionamento com Unidades Descentralizadas de Controle Interno - DIRUC
12.8.2 Diretoria de Unidades de Controle Interno Centralizadas I - DIUC I
12.8.3 Diretoria de Unidades de Controle Interno Centralizadas II - DIUC II
12.8.4 Diretoria de Unidades de Controle Interno Centralizadas III - DIUC III
13 Subcontroladoria de Transparência e Controle Social - SUBTC
13.1 Coordenação de Transparência do Governo Aberto - COTGA
13.1.1 Diretoria de Gestão do Portal da Transparência - DIGPO
13.1.1.1 Gerência de Atualização e Controle - GEACO
13.1.1.2 Gerência de Modernização - GEMOD
13.1.2 Diretoria de Acesso à Informação - DIRAI
13.1.2.1 Gerência de Transparência Ativa - GETAT
13.1.2.2 Gerência de Transparência Passiva - GETAP
13.2 Coordenação de Inovação e Controle Social - COICS
13.2.1 Diretoria de Projetos e Apoio à Inovação - DIPAI
13.2.2 Diretoria de Fomento ao Controle Social - DIFCS
14 Subcontroladoria de Governança e Compliance - SUGOV
14.1 Coordenação de Governança - COGOV
14.1.1 Diretoria de Comitês Internos de Governança - DICIG
14.1.2 Diretoria de Políticas Públicas de Governança - DIPOG
14.2 Coordenação de Compliance - COCOM
14.2.1 Diretoria de Promoção da Integridade e Ética - DIPIE
14.2.1.1 Gerência de Programas de Integridade - GEINT
14.2.1.2 Gerência de Políticas e Condutas de Compliance - GEPCO
14.2.2 Diretoria de Análise e Consultoria Organizacional - DICOR
15 Ouvidoria-Geral do Distrito Federal - OGDf
15.1 Coordenação de Atendimento ao Cidadão - COACI
15.1.1 Diretoria de Recebimento e Tratamento de Manifestações - DIMAN
15.1.2 Diretoria de Avaliação e Acompanhamento de Denúncias - DIDEN
15.2 Coordenação de Articulação de Ouvidorias - COART
15.2.1 Diretoria de Acompanhamento de Ouvidorias das Áreas Social e Econômica - DISEC
15.2.2 Diretoria de Acompanhamento de Ouvidorias das Áreas de Governo e de Infraestrutura - DIGOI
15.3 Coordenação de Planejamento - COPLA
15.3.1 Diretoria de Projetos e Mobilização Social - DIPRO
15.3.2 Diretoria de Informações de Ouvidoria - DIOUV

DECRETO Nº 40.509, DE 11 DE MARÇO DE 2020

Dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo coronavírus, e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 100, incisos VII e XXVI, da Lei Orgânica do Distrito Federal, Considerando que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação, na forma do artigo 196 da Constituição da República;

Considerando a classificação pela Organização Mundial de Saúde, no dia 11 de março de 2020, como pandemia do Novo Coronavírus;

Considerando que o DF já elaborou o Plano de Contingência Distrital em fevereiro de 2020, devido a necessidade de se estabelecer um plano de resposta a esse evento e também para estabelecer a estratégia de acompanhamento e suporte dos casos suspeitos e confirmados;

Considerando que a situação demanda o emprego urgente de medidas de prevenção, controle e contenção de riscos, danos e agravos à saúde pública, a fim de evitar a disseminação da doença no Distrito Federal; DECRETA:

Art. 1º As medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo coronavírus, no âmbito do Distrito Federal, ficam definidas nos termos deste Decreto.

Art. 2º Ficam suspensos, no âmbito do Distrito Federal, pelo prazo de cinco dias, prorrogáveis por igual período:

I – eventos, de qualquer natureza, que exijam licença do Poder Público, com público superior a cem pessoas;

II – atividades educacionais em todas as escolas, universidades e faculdades, das redes de ensino pública e privada;

Art. 3º Os bares e restaurantes deverão observar na organização de suas mesas a distância mínima de dois metros entre elas.

Art. 4º As medidas previstas neste Decreto poderão ser reavaliadas a qualquer momento, mesmo antes do prazo estipulado no art. 2º.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 11 de março de 2020.
132ª da República e 60ª de Brasília

IBANEIS ROCHA

SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA

PORTARIA Nº 62, DE 11 DE MARÇO DE 2020

Instituir o Fórum para Transformação Digital do Governo do Distrito Federal, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE ECONOMIA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo inciso III, do parágrafo único, do artigo 105, da Lei Orgânica do Distrito Federal, e considerando o inciso II, do artigo 1º, do Decreto nº 40.253, de 11 de novembro de 2019 e Parágrafo Único do Artigo 3º da Portaria nº 017, de 27 de janeiro de 2020, resolve:

Art. 1º Instituir o Fórum para Transformação Digital do Governo do Distrito Federal, de caráter permanente e consultivo, com a finalidade de proporcionar o diálogo e a articulação entre o Poder Público e os representantes da comunidade científica, do setor produtivo e da sociedade civil, no que se refere à avaliação, à implantação e à atualização da Política de Governança Digital.

Art. 2º O Fórum para Transformação Digital do Governo do Distrito Federal será integrado pelos componentes do Comitê Gestor da Transformação Digital, conforme Art. 1º da Portaria nº 017, de 27 de janeiro de 2020, e representantes do setor produtivo, comunidade científica e da sociedade civil.

§1º O Fórum para Transformação Digital será composto por membros efetivos, titular e suplente, das seguintes entidades:

I – Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Distrito Federal - FECOMÉRCIO;

II – Federação das Indústrias do Distrito Federal - FIBRA;

III – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE/DF;

IV – Sindicato da Indústria da Informação do Distrito Federal - SINFOR;

V – Sindicato das Empresas de Serviço de Informática do Distrito Federal - SINDESEI;

VI – Associação das Empresas Brasileiras de Tecnologia da Informação - ASSESPRO;

VII – Associação Brasileira de Construtores - ABRACO;

VIII – Associação de Startups e Empreendedores Digitais - ASTEPS;

IX – Universidade de Brasília - UNB;

X – Universidade Católica de Brasília - UCB;

XI – Instituto Federal de Brasília - IFB;

XII – Instituto de Educação Superior de Brasília - IESB;

XIII – Centro Universitário de Brasília - UNICEUB;

XIV – Câmara de Inovação e Tecnologia da Informação;

XV – Câmara de Tributação e Finanças Públicas.

§ 2º O Fórum para Transformação Digital do Governo do Distrito Federal será presidido pelo Secretário de Estado de Economia do Distrito Federal, sendo substituído, em suas faltas e impedimentos, pelo Secretário Executivo de Gestão Administrativa.

§ 3º Entidades diversas das constantes no § 1º deste artigo podem pleitear participação como membro efetivo do Fórum, ficando sua admissão condicionada à análise de conveniência por parte da Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal.

§ 4º As entidades que compõem o Fórum para Transformação Digital do Governo do Distrito Federal podem se desligar do quadro de membros efetivos, a qualquer momento, mediante protocolo de ofício perante a Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal, comunicando o desligamento.

§ 5º O Fórum para Transformação Digital do Governo do Distrito Federal pode convidar representantes de outros órgãos e entidades públicos ou privados, especialistas e pesquisadores, para contribuir com suas atividades ou para acompanhamento de suas discussões, sem direito a voto.

§ 6º O Fórum para Transformação Digital do Governo do Distrito Federal se reunirá, em caráter ordinário, semestralmente e, em caráter extraordinário, sempre que convocado por seu Presidente.

§ 7º O quórum para realização das reuniões ordinárias e extraordinárias do Fórum para Transformação Digital do Governo do Distrito Federal será de maioria absoluta de seus membros efetivos, e suas deliberações serão tomadas por maioria simples.

§ 8º As discussões, encaminhamentos e deliberações do Fórum para Transformação Digital do Governo do Distrito Federal serão consubstanciadas em atas de reunião.

§ 9º A função de membro do Fórum para Transformação Digital do Governo do Distrito Federal é indelegável e não remunerada.

Art. 3º São atribuições do Fórum para Transformação Digital do Governo do Distrito Federal:

I – promover o diálogo e a articulação entre o Poder Público e os representantes da comunidade científica, do setor produtivo e da sociedade civil; e

II – propor ações de melhoria à Política de Governança Digital.

Art. 4º Compete a Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal exercer as atividades de secretaria-executiva do Fórum para Transformação Digital do Governo do Distrito Federal e prestar apoio técnico e administrativo necessário ao funcionamento e à execução dos trabalhos.

Art. 5º Eventuais despesas com diárias e passagens dos membros ou convidados do Fórum para Transformação Digital do Governo do Distrito Federal correrá por conta dos órgãos e entidades que os representem.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ CLEMENTE LARA DE OLIVEIRA